



República de Moçambique
Presidência da República

**“O Sistema de Administração da Justiça pelo Reforço da Legalidade e
Promoção dos Direitos Humanos”**

**Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da
República de Moçambique, por Ocasão da Cerimónia do Dia da
Legalidade - 5 de Novembro de 2020.**

Cidade de Maputo, 5 de Novembro de 2020

Venerado Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional

Digníssima Procuradora Geral da República;

Egrégio Provedor de Justiça;

Senhor Ministro do Interior;

Senhor Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados;

Senhor Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos;

Senhor Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique;

Cara Família da Administração da Justiça;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Minhas Senhores e Meus Senhores!

Sob o lema **“O Sistema de Administração da Justiça pelo Reforço da Legalidade e Promoção dos Direitos Humanos”**, comemoramos hoje, 5 de Novembro de 2020, o aniversário da institucionalização do Dia da Legalidade.

Em reconhecimento do dia, endereçamos as nossas felicitações a toda família da Administração da Justiça, em particular, os Magistrados Judiciais e do Ministério Público, Advogados, os Membros da Polícia da República de Moçambique e da Guarda Penitenciária.

De igual modo, saudamos os Defensores Públicos, Oficiais de Justiça, Juízes Eleitos e demais profissionais que, em condições desafiadoras, com o sentido de responsabilidade que os caracteriza e no estrito cumprimento da Lei, têm sabido honrar o bom nome deste sector nevrálgico do nosso país.

Neste ano, esta data assume um carácter especial por ocorrer no âmbito das comemorações dos 45 anos da nossa Independência Nacional.

Neste percurso, a nossa Pátria, mesmo perante adversidades de vária índole, afirmou-se no concerto das Nações, como um Estado de Direito Democrático alicerçado no princípio da separação e interdependência dos poderes legislativo, executivo e judicial.

Compatriotas,

O Dia da Legalidade foi instituído no dia 5 de Novembro de 1981, pelo saudoso Presidente Samora Machel. Desde então, é celebrado como um dos momentos mais significativos de reflexão dos órgãos do Estado e do sector da Administração da Justiça, em particular.

No decurso da presente semana, cada uma das instituições que compõe o sector de Administração da Justiça fez uma introspecção sobre os seus desafios e conquistas, e perspectivou o futuro.

Este é, na verdade, um exercício que deve ser feito todos os dias e por todos nós. A cada comentário, a cada reclamação da sociedade deve ser dada, em tempo útil, a devida atenção e resposta.

Mais do que reagir às reclamações colocadas, é importante que as instituições cumpram a sua função educacional, fazendo-se conhecer e elucidando os cidadãos sobre as suas competências e procedimentos, por um lado e por outro, respeitando as leis e os prazos nelas estabelecidos.

Muitas vezes, o que desgasta a imagem das instituições não são as decisões tomadas; o que perturba o cidadão é o desconhecimento da lei, o tempo necessário para a tomada de decisão, a linguagem nela usada e o mecanismo para dá-la a conhecer aos interessados.

Conscientes destas fragilidades, usemos este momento de introspecção para definir os caminhos mais rápidos para aprimorar estes aspectos e aproximarmo-nos daqueles a quem juramos servir: o Povo!

Cara Família da Justiça,

Hoje, as ameaças à nossa segurança e integridade como país são várias e dinâmicas. Uma das ameaças mais prementes é a devastação do meio ambiente, através do garimpo ilegal, poluição de rios, desmatamento de florestas nativas, abate de espécies protegidas da nossa fauna, entre outras.

Acompanharmos a dinâmica dessas ameaças, analisarmos criteriosamente as melhores formas de as enfrentarmos é uma tarefa perene e que cabe a todos.

A este propósito, importa recordar que, apesar da especificidade de cada um dos poderes do Estado, nenhum sobrevive se não se relacionar e respeitar o outro. Nisto se concretiza o princípio da separação e interdependência dos poderes do Estado.

É na correlação de forças que reside a robustez e a nobreza dos Estados Democráticos e de Direito, como é Moçambique.

Perante ameaças à nossa soberania, e tendo a nossa Lei-Mãe como baluarte, somos todos chamados a agir com a mesma pujança e verticalidade para defender o nosso solo pátrio.

A falta de coordenação ou de respeito entre os poderes pode prejudicar o cidadão, o principal destinatário de todas as nossas intervenções, e em última instância, corroer a nossa independência.

A falta de coordenação pode gerar a insatisfação no cidadão e provocar convulsões sociais que podem perturbar o funcionamento normal de qualquer poder instituído.

Sem prejuízo da separação de poderes e da independência dos juízes, vale lembrar que alguns mentores do terrorismo que hoje assistimos na província de Cabo Delgado, seus logísticos e operativos já estiveram sob nossa alçada, mas as lacunas a que me referi anteriormente permitiram a sua saída em liberdade.

O mesmo pode-se dizer em relação aos sequestros e raptos que, há cerca de uma década apoquentam o nosso Povo e muito em particular a comunidade empresarial.

A separação de poderes não implica, nem significa acções isoladas, mas uma coordenação institucional forte na defesa dos mais altos interesses da Nação moçambicana.

A nossa justiça será cada vez mais forte, efectiva e eficiente se agir sempre, de forma coordenada e complementar, tendo a Constituição e as leis como sua fortaleza.

Por isso, não devemos perder o foco do nosso trabalho, sob risco sério de falharmos nas nossas atribuições e deveres para com o nosso Povo, para com o nosso país e comprometermos seriamente o nosso futuro como Nação.

Lembre-mos sempre que se um líder ou governante perder o apoio do homem comum, será derrotado. Esta afirmação serve também para os magistrados judiciais e o Ministério Público que administram justiça em nome desta Pátria.

Minhas Senhoras, Meus Senhores;

Aquando da minha investidura para a Chefia do Estado, bem como na Abertura do Ano Judicial, reiterarei que as infra-estruturas continuarão a ser uma aposta no

conjunto das áreas prioritárias catalisadoras da economia e bem-estar dos cidadãos.

Neste sentido, procedemos, recentemente, à inauguração do Gabinete do Provedor de Justiça e, ainda ontem, efectuámos o lançamento da primeira pedra para o futuro edifício do Conselho Constitucional.

Testemunhámos ainda, neste ano, a entrada em funcionamento das Conservatórias da Cidade da Maxixe e de Chitima, nas Províncias de Inhambane e Tete, respectivamente.

Inaugurámos o Tribunal Judicial Provincial de Sofala, na Cidade da Beira, e os tribunais distritais de Inharrime, em Inhambane; Chifunde, em Tete; Massingir, em Gaza; e Metarica, em Niassa.

Permitam-me que felicite o esforço criativo dos sectores que lideram estas iniciativas, operacionalizando o nosso compromisso colectivo. Digo isto, porque tudo isto é feito com iniciativa, criatividade e entrega dos respectivos sectores.

Ainda, como forma de materializar o objectivo estratégico de *assegurar o bom funcionamento do sistema da administração da justiça com vista a garantir o acesso à justiça e o direito dos cidadãos* e continuar a melhorar as condições de trabalho do nosso judiciário, lançámos, a partir da província de Gaza, a *iniciativa “Um Distrito, Um Edifício para o Tribunal Judicial Distrital”*.

Pretendemos com esta iniciativa, até 2023, dotar todos os distritos do nosso país de edifícios condignos para o seu funcionamento. Construiremos novos edifícios onde estes não existem e procederemos a reabilitação ou a requalificação total daqueles que funcionam sem as condições adequadas.

Além do investimento em infra-estruturas é nosso desejo incrementar a capacidade de formação de magistrados e oficiais de justiça, conservadores e notários, agentes penitenciários e outros profissionais na área da justiça para tornar a nossa justiça cada vez mais célere e próxima dos cidadãos.

Fazemos isso com a plena consciência de que investir na formação do capital humano, é investir no desenvolvimento sustentável de Moçambique. Só com quadros bem formados prestaremos um melhor serviço aos nossos cidadãos e protegeremos o manancial de recursos e oportunidades que o nosso país oferece.

A propósito de recursos, como temos dito as riquezas naturais que Moçambique ostenta devem ser defendidas legalmente.

Às vezes, nós pensamos que o nosso objectivo, o nosso alvo é o homem, mas o homem sem o seu habitat não poderá sobreviver. Por isso, precisamos de defender as nossas riquezas. E isto não deve ser feito através de reclamações, tentando procurar o culpado. A falha deste processo será de todos nos, será também da Administração da Justiça.

Aproveito a ocasião para dizer que registamos com satisfação a conclusão, na semana passada, da montagem do último dos 13 módulos de produção da plataforma Coral-Sul FLNG, actualmente em construção na Coreia do Sul. Este acto constitui um grande marco no processo de construção da planta de tratamento e liquefação de gás, em alinhamento com as perspectivas da sua saída dos estaleiros em finais do próximo ano e início da produção de gás em 2022.

Este é um projecto estruturante para Moçambique que, entretanto, enfrenta desafios logísticos, que resultaram de decisões inapropriadas, mas estamos confiantes de que as magistraturas, tanto judicial, como pública saberão dar o devido tratamento na defesa do bem público e do interesse nacional.

Mais uma vez, as magistraturas deverão desempenhar um papel importante na tramitação rápida de processos judiciais de índole empresarial a bem do desenvolvimento socio-económico do nosso país. O Estado e os Investidores esperam por tribunais que atendam as suas inquietações com maior celeridade possível.

Caros Profissionais da Administração da Justiça,

Temos consciência de que, apesar dos desafios que o sector enfrenta como um todo, dia-a-dia o vosso desempenho vem melhorando e tem sido progressivamente reconhecido pela nossa sociedade e pelo mundo inteiro. Temos registos concretos e práticos e é a razão pela qual a confiança gradualmente volta para Moçambique.

Este é o testemunho de que estamos perante homens e mulheres comprometidos com o bem comum e que, por isso, não vacilam perante as adversidades que lhes são impostas com o objectivo claro de intimidar a classe dos que têm como múnus, administrar justiça.

A defesa dos direitos, liberdades e garantias do cidadão deve continuar a orientar a vossa missão.

Neste aspecto, gostaria de atrair a vossa atenção para, a vosso nível, participarem, de forma activa, responsável e profissional na responsabilização dos terroristas pelos actos macabros perpetrados em alguns distritos da província de Cabo Delgado.

O mesmo deverá acontecer em relação aos indivíduos que, em nome da auto-denominada Junta Militar da Renamo, protagonizam actos de banditismo nas províncias de Sofala e Manica, caso estes não se revejam como moçambicanos, que devem resolver as suas diferenças através do diálogo.

Sobre a situação do Teatro Centro, importa reportar aos moçambicanos através de vós, o seguinte:

Dissemos, na cidade de Pemba, no dia 24 de Outubro, que a partir do dia 25 de Outubro, iríamos orientar as Forças de Defesa e Segurança para não perseguir os que atacam o país, a partir da zona Centro, nas províncias de Sofala e Manica para abrir uma janela de diálogo.

Sempre afirmamos que o processo de paz, através do diálogo deve ser tarefa de todos, devendo os intervenientes directos desempenhar um papel crucial.

Citamos como exemplo, a auto-proclamada Junta Militar da Renamo e a Liderança da própria Renamo, que deveriam, juntamente com o Governo, estar na linha de realce.

Terminado este período, portanto, de sete dias e mais dias se seguiram sem que instruíssemos o contrário. As Forças de Defesa e Segurança não estão instruídas para o contrário. Lamentamos trazer simplesmente informações que relatam o desafio contra a soberania nacional. E isso é vossa responsabilidade. Quem desafia a soberania deve ser responsabilizado. Pois vejamos:

No dia 26 de Outubro, registou-se um ataque, sem vítimas humanas, na zona de Zove, Posto Administrativo de Muxungue, Distrito de Chibabava, contra a Transportadora Sikalane.

No dia 29 de Outubro, no limite entre o Distrito de Chibabava e Machanga, na estrada nacional número 1, mais um ataque contra a transportadora Naggi, Investimest, tendo ferido com gravidade um passageiro.

No mesmo dia, na Estrada Nacional número 1, na zona de Matenga, no Distrito de Nhamatanda, mais um ataque da auto-proclamada Junta Militar da Renamo contra um autocarro da Naggi Investment, sem vítimas humanas.

E, no dia 3 de Novembro de 2020, de novo, na zona de Zove, na Estrada Nacional número 1, protagonizaram um ataque contra um camião da Empresa JJR Construções, com danos humanos.

Como podem ver, há uma ausência total de colaboração para que haja paz em Moçambique, acompanhada de alguns pronunciamentos extra Junta que podem encorajar estes actos.

Trabalharemos com os Comandos das Forças de Defesa e Segurança para melhor entender e definir linhas de orientação dentro do nosso princípio de que só com o diálogo os moçambicanos poderão alcançar a paz definitiva.

Aqui, chamamos a atenção especial e acompanhamento pleno das acções que pretendem retardar o normal funcionamento do país, refiro-me a vós, família da

Administração da Justiça, cada um na sua frente. Mas sobre isso, voltaremos a falar.

Porque nós não gostaríamos de embarcar pela força, mas se for necessário, em defesa do cidadão, dos recursos deste país, cumpriremos o que a Lei manda; não o que nós queremos, mas o que a Lei manda, que é defender o cidadão, defender Moçambique e a sua soberania. Mais uma vez, chamamos atenção para que a Junta Militar se reveja.

Não vamos continuar a assistir, a mimar os assassinos. E isso é responsabilidade de todos os moçambicanos.

Esta é uma guerra permanente que exige muito foco, determinação e resiliência pois implicará mudanças profundas na nossa socialização. Um dos desafios, que reitero ao sector, diz respeito à Reforma Legal.

Vários problemas que o judiciário enfrenta para dar cumprimento cabal ao seu mandato passam por reformas legais, pontuais ou globais, que não estão a acontecer.

No início deste ciclo de governação, assumimos o compromisso de dar primazia a esta matéria e vos atribuímos o mandato de propor as linhas gerais deste exercício.

Este é um processo que deve ser assumido e cumprido, com a celeridade que se impõe, à semelhança do que se está a fazer com a reforma da Lei de terra. Precisamos de sermos nós os moçambicanos a actualizá-lo para que, depois, não encontremos na nossa lei, na nossa legislação um obstáculo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tal como temos vindo a fazer com actos concretos, continuem a contar com o apoio do Governo, que dirijo para, de acordo com as nossas competências

constitucionais e legais, fortalecermos o sector de Administração da Justiça em Moçambique.

Que persistam nos vossos esforços para dignificar o sector, começando sempre pelo Homem, que se quer íntegro, dedicado e comprometido com a causa da Justiça e do bem servir e competente.

Bem-haja, família da Justiça! Que a vossa reflexão prossiga e traga resultados encorajadores!

Muito obrigado pela atenção dispensada!